

## A subversão contra a naturalização do sujeito

Roberto Calazans

E-mail: calazans@ufsj.edu.br

**Resumo:** Este artigo discute o sentido da subversão do sujeito pela psicanálise. Entender esse sentido é necessário para evitar o projeto de sua naturalização, que acreditamos ser uma escamoteação da questão que o termo "sujeito" implica. O que pretendemos demonstrar é que a tarefa de subverter o sujeito significa a recusa de um *a priori*, tal como era sustentado pela filosofia tradicional do sujeito (Badiou 1997), não significando, porém, um apoio à sua naturalização, como é defendido pelo psicologismo. Queremos apontar que a psicanálise, ao subverter o sujeito, pretende modificar os termos em que se coloca o seu problema: entre *a priori* e naturalismo. A subversão indicaria, então, mais uma mudança de princípios do que uma tomada de posição no debate entre *apriorismo* do sujeito e sua naturalização.

**Palavras-chave:** psicanálise; sujeito; naturalização.

**Abstract:** Our paper is about the meaning of the subversion of the subject by psychoanalysis. It is necessary to understand this in order to avoid the project of naturalization, which we believe to be an attempt to hide the question implied in the term subject. What we intend to demonstrate is that the task to subvert the subject means a refusal of an *a priori*, such as it was defended by the traditional philosophy of the subject (Badiou, 1997), but also not a support to the naturalization of the subject, such as defended by psychologism. We want to point out that psychoanalysis, in subverting the subject, intends to modify the terms in which the debate between *a priori* and naturalism places the problem of the subject. The subversion would indicate, then, a change in the principles more than taking sides in the debate between the *a priori* of subject and its naturalization.

**Key-words:** psychoanalysis; subject; naturalization.

Questionar o sentido da subversão do sujeito nos obriga, em primeiro lugar, a determinar qual a versão que a psicanálise pretende subverter e distinguir. Poderíamos simplesmente dizer que a psicanálise não é uma filosofia e, por isso, subverte o sujeito filosófico. Mas essa determinação não nos leva muito longe, pois é apenas uma distinção nominal entre a versão e a subversão. Isso, de modo algum, elucidaria o que, para nós, é mais importante: a inteligibilidade da subversão operada pela psicanálise. Para dizer em outros termos: a que problema respondem a versão e a subversão do sujeito? E subverter o sujeito não seria também buscar uma nova maneira de colocar e tratar do problema? Através dessas duas questões, pretendemos pensar a inteligibilidade da subversão do sujeito operada pela psicanálise: continuidade no que diz respeito ao problema, ruptura no que diz respeito à maneira de tratar do problema e as respostas daí derivadas.

Para que essa proposta adquira coerência teórica, é preciso buscar um ponto de apoio nos conceitos psicanalíticos que nos permita, ao mesmo tempo, tratar da versão e da subversão do sujeito. Elegemos como ponto de apoio o aforismo psicanalítico “o sujeito sobre o qual a psicanálise opera é o sujeito da ciência” (Lacan 1965, p. 873).

Colocamos, então, uma questão ingênua a partir desse aforismo: é possível tratar objetivamente de um sujeito? Tanto a psicanálise quanto a filosofia se opõem a responder afirmativamente a tal questão. Seria incorrer em contradição, pois, por definição, um sujeito não é um objeto. Um sujeito não pode ser um objeto nem no sentido filosófico do termo (em filosofia, um objeto é uma passividade a ser estudada por um sujeito, que é uma atividade), nem no sentido científico de objetivação (o objeto científico é o resultado de uma série de relações; e por ser um resultado, também é uma passividade). Querer buscar a atividade dos objetos, como mostrou Alexandre Kojève (1990), é pretender tratar objetivamente de temas que não são incorporados de modo algum ao trabalho científico, tais como a liberdade de escolha dos objetos. É esquecer que sujeito indica a questão da legitimidade da região ética de problemas, e não algo a ser

objetivado. O relevo teórico que nossa questão ganha pode ser formulado assim: a subversão do sujeito, ao ser relacionada com a ciência, exige que se analise a relação entre uma região de problemas próprios ao sujeito e uma região de problemas próprios à ciência.

É necessário, antes de mais nada, pensar qual epistemologia está em questão no aforismo psicanalítico do sujeito da ciência. Somente assim podemos estabelecer a diferença entre a filosofia e a psicanálise na relação do sujeito à ciência. Lacan nos dá a dica ao afirmar que, em questões de epistemologia, “Koyré é o nosso guia” (1965, p. 871). Essa referência a Koyré não é meramente uma preferência pessoal de Lacan, mas uma necessidade lógica: recorrer a uma epistemologia que exclui de si qualquer instância que seja imune ao trabalho científico, ou seja, não considerar nenhuma instância com privilégios. Trata-se de uma epistemologia que leva em conta que a ciência fabrica seus objetos a partir de cálculos e definições operatórias, e não como dados a serem estudados. Essa epistemologia demonstra que a ciência dá as provas de sua objetivação e, assim, recusa qualquer ingerência que seja exterior à própria atividade científica. Em outros termos, é uma epistemologia que exclui a pretensão de tomar o trabalho científico como um problema relativo ao sujeito.

Essa é a tese de Jean-Claude Milner (1996), quando afirma que a psicanálise é logicamente compatível com a ciência, por não querer também encontrar um ponto de ingerência exterior à sua prática. Mais ainda: só é possível pensar uma práxis psicanalítica em um mundo em que há atividade científica. E um mundo em que há uma atividade científica só advém a partir do corte com o mundo antigo, aristotélico e qualitativo. O corte entre o mundo antigo e o mundo moderno tem por consequência a disjunção de regiões de problemas: uma região – científica – que se caracteriza por excluir de sua atividade qualquer consideração de valor; outra região – ética – que se caracteriza por tratar justamente de questões de que a ciência não trata: é a região em que se situa o problema do sujeito.

Essa compatibilidade lógica leva a distinguir as regiões de problemas próprios à psicanálise e à ciência, sem pretender que uma invada

o campo da outra. Disjunção entre problemas, disjunção entre regiões de problemas. Essa é a maneira psicanalítica de pensar a relação entre a região de problemas do sujeito e a região da ciência. A filosofia, por sua vez, trata da relação do sujeito com a ciência de maneira bastante diferente. Seguindo ainda a tese de Milner, há uma incompatibilidade lógica entre a filosofia e a ciência, pois a primeira, por definição, coloca-se como uma instância fundamental e de ingerência de qualquer atividade, relativa ao conhecimento ou à ética. Ou seja, a filosofia pretende considerar a atividade científica como algo a ser validado do exterior de sua própria atividade. Isso significa que, para a filosofia, pode haver continuidade entre os problemas científicos e os problemas éticos próprios ao sujeito. A filosofia pretende tratar a atividade científica de determinação de objetos como um valor.

É o que mostra Michel Ambacher (1974), ao lembrar como Hegel queria substituir a análise matemática da queda dos corpos por um estudo dialético desse conceito, como se esses dois sistemas de análise fossem independentes da rede conceitual em que surgira. De acordo com Dominique Lecourt (1969), essa é a estratégia de toda filosofia que pretende ser o fundamento da ciência: retirar os conceitos científicos de suas relações de origem, considerá-los apenas um nome, designando uma coisa para poder dar uma opinião sobre esses conceitos e submetê-los à ingerência filosófica. Esse procedimento não é gratuito, pois a atividade científica coloca em questão os conceitos que eram próprios à filosofia – objeto, verdade, realidade e, principalmente, o conceito de fundamento. Regular a atividade científica seria uma maneira de assegurar a filosofia, e por conseqüência o sujeito, como instância fundamental e indubitável. No caso, o sujeito como fundamento seria a instância de legitimação, de validação, tanto da região científica como da região da ética. E a essa tentativa de encontrar uma legitimidade indubitável nós chamamos, seguindo Gaston Bachelard (1990, p. 141), de função realista. A função realista é aquela que pretende encontrar princípios universais *a priori* que

não sejam submetidos a qualquer alteração ou abandono, pois é o ponto de inteligibilidade da experiência.

Mas essa continuidade entre as regiões de problemas também pode ser tomada em sentido contrário: em vez de tratar a atividade científica como um assunto de ética, considerar uma decisão ética como um fato a ser objetivado. Podemos dizer que essa segunda perspectiva é a contraparte empírica do que chamamos de função realista, pois é preciso se desviar das “vãs querelas em que o pensamento humano se detém ao tratar dos problemas reunidos sob o nome de metafísicos e seguir o método das ciências que voa de sucesso em sucesso” (Granier 1977, p. 8). Esse é justamente o movimento das ciências humanas: buscar determinar um “fato valorial”. É a tentativa de tratar de uma decisão ética como se fosse um fato a ser objetivado. Se nos ativermos à definição tradicional de sujeito como instância fundadora, tanto do conhecimento como do dever prático, as ciências humanas vão pretender tratar uma decisão ética como se fosse um fato e, a partir daí, tentar encontrar as leis que regem esses fatos, adotando, assim, um postulado realista que chamaremos de naturalização das questões do sujeito.

Essa é a tese exposta por Pascal Engel em seu livro *Philosophie et psychologie* (1996), a propósito dos efeitos do “surto” das ciências cognitivas. Segundo o autor, esse “surto” introduz, novamente, a título de renovação do problema, o projeto da psicologia clássica: ser uma teoria que considera o pensamento – e sua validade – um fenômeno natural. Essa questão, segundo o autor, é renovada devido aos últimos avanços das ciências cognitivas. A tese defendida pelo autor é que, com os avanços das ciências cognitivas, é possível um psicologismo de uma outra ordem, pois fica provada a existência de uma “realidade mental” a ser estudada. É nessa perspectiva que esse texto nos interessa: essa renovação do psicologismo não deixa de se apoiar em um postulado realista no estudo do psiquismo, tal como o antigo psicologismo. Ou seja, a busca da naturalização do sujeito. E assim, segundo o autor, fazer com que a psicologia escape ao que ele chamou de as três maiores críticas que lhe foram endereçadas nos últimos

30 anos – crítica epistemológica: falsa ciência, marcada de ideologia; positividade chã, por oposição à história, que leva em conta a negatividade e a dialética; empreendimento de uma normatização social.

Pascal Engel tenta sofisticar sua naturalização, ao afirmar que é contrário, tanto a um reducionismo das questões de validade (questões que ele denomina considerações normativas dos conceitos filosóficos) a relações naturais – como faz o antigo psicologismo, que considera o pensamento uma realidade – quanto à posição da filosofia que pretende estabelecer esse nível normativo *a priori*, ou seja, sem passar pela experiência. A novidade que Pascal Engel pretende estabelecer é o que ele chama de psicologismo razoável, em que “as considerações causais sobre a constituição psicológica do indivíduo tem algo a ver com a caracterização das considerações normativas de um pensamento” (Engel 1996, p. 114).

Segundo Engel, a querela contra o psicologismo é decorrente de uma perspectiva que delimita a existência de “dois reinos”: o reino do procedimento por relações lógicas e o reino das relações causais dos fenômenos. O autor recusa essa distinção e, ao fazer isso, longe de trazer alguma novidade ao campo da psicologia, acaba confundindo níveis distintos do problema. Essa confusão se dá porque considera que tanto o nível de validade de um pensamento como a natureza são dois modos distintos de realidades e não dois tipos distintos de problemas. E essa consideração é, mais uma vez, tributária do que chamamos de contrapartida empírica da função realista: tratar uma questão de validade como se fosse uma realidade. É o que demonstraremos a seguir.

Pascal Engel define, a partir de Frege, o que é o psicologismo: a ilusão consistindo em confundir natureza objetiva de um conceito com sua origem natural no pensamento: “não há pior erro do que confundir a objetividade e o caráter *a priori* das verdades lógicas e matemáticas com propriedades subjetivas de um ser pensante ou com a origem genética de suas idéias” (Frege 1983, p. 192). Engel pretende se opor a Frege e, para isso, resgata a velha esperança do associacionismo elementarista de uma ciência mecanicista do espírito, mas agora considerando o cérebro

substrato das operações mentais. Dessa proposta ressurgiu a velha questão de como ter acesso aos objetos exteriores ao cérebro, ou seja, ter o conhecimento dos objetos do mundo. A resposta estaria na cognição, que se definiria como o que se passa entre o nível físico e o comportamental. Mas a diferença, segundo Engel, é que esse novo psicologismo tomaria como modelo de ciência, não a física, mas a ciência dos computadores: os dados que se impõem são símbolos e representações e não, como era para o elementarismo, a associação de idéias introspectivas. Ou seja, da mesma maneira que a ciência dos computadores é objetiva por “estudar” um objeto – os símbolos –, a psicologia também teria a oportunidade de se tornar objetiva.

Essas colocações, apesar de a tese do autor pretender alcançar uma intercessão entre os níveis normativos e o psicológico, não deixam de estar embasadas em um postulado realista: considera o psiquismo uma realidade que se impõe e que pode ser tratada como um fenômeno natural, ao lado da realidade física, exterior ao psiquismo.

A psicanálise, por sua vez, não pode considerar o psiquismo uma realidade para operar. Pois, se assim fosse, não explicaria a tese fundamental de Freud sobre os pensamentos inconscientes. Um pensamento não é uma realidade, pois uma realidade seria algo que se impõe por si mesmo, sem precisar de um trabalho para abordá-la, enquanto um pensamento é aquilo que permite que se estabeleçam relações entre os dados. Se a cognição for tomada como um dado, não se explicará como ela é, ao mesmo tempo, o que permite considerar o dado e ela própria um dado. Isso levaria a uma multiplicação *ad infinitum* de realidades, pois, se uma realidade se impõe, um pensamento coloca as questões de validade sobre qualquer afirmação a propósito dessa realidade. Se essa hipótese for levada até as últimas consequências, uma realidade que afetaria os órgãos sensoriais se reduziria às sensações; sendo assim, não se pode fazer nenhum juízo sobre os objetos. A afirmação sobre um objeto, que é uma articulação entre as sensações, é uma operação de pensamento e não pode ser computada como um dos fenômenos naturais.

Não pretendemos nos alongar aqui no debate do realismo no tratamento do psiquismo (o que necessitaria um trabalho mais detalhado), mas apenas indicar que situar a psicanálise no domínio do pensamento é o que possibilita duas afirmações de Lacan: a primeira, de que o sujeito sobre o qual a psicanálise opera só pode ser o sujeito da ciência. Para considerar esse aforismo psicanalítico, é preciso levar em consideração que a epistemologia valorizada por Pascal Engel segue o realismo; ele chega mesmo a dizer que não compreende a epistemologia francesa. Entretanto, para que a psicanálise possa se sustentar, ela segue justamente a linha dessa epistemologia francesa. Engel não compreende a epistemologia não-realista, pois ela demonstra que a ciência não trata de realidades, e sim de objetivação. Citando novamente Bachelard: “a ciência não corresponde a um mundo a descrever. Ela corresponde a um mundo a construir” (1961, p. 46). A consequência aqui é a segunda afirmação de Lacan: o sujeito da psicanálise é sujeito do inconsciente. O sujeito, por situar suas questões no nível psíquico, acaba por situá-las no domínio do pensamento. Assim sendo, esse sujeito só pode surgir em um mundo em que a ciência não pode lhe dar garantias de uma realidade existente: sem uma realidade em que se amparar, o sujeito é justamente essa instância que problematiza o que seria uma referência para que ele possa se “orientar na vida”, tal como diz Descartes. Pois o que está em jogo não são os comportamentos, mas a validade de uma decisão ética.

A consequência dessa falta de referência é que o tratamento do inconsciente pela psicanálise não pode ser científico, pois, se em ciência está em jogo a fabricação de fenômenos, em psicanálise está em jogo uma decisão ética. Isso implica uma urgência: enquanto, na ciência, as suas questões podem ser adiadas – não há consequências para o desenvolvimento de uma ciência não encontrar hoje ou amanhã a validade e a consistência de determinada hipótese –, no caso de decisões éticas, adiar tem consequências sobre o sujeito: pois como ele pode decidir justamente, se não sabe quais as consequências de sua decisão? E como pode ele não decidir, uma vez que o adiamento é incompatível com uma urgência?

É nessa vertente que se coloca a questão do sujeito desejante da psicanálise: trata de questões que, por um lado, exigem urgência – a saber, a sexualidade e a morte – e, por outro, não há nenhum indício sobre o bom caminho a tomar. É por isso que Lacan afirma que “o estatuto do inconsciente é ético” (1964, p. 37). O que significa que não é uma realidade a ser estudada, mas uma decisão a ser tomada em relação à região de problemas para a qual a ciência é insuficiente.

Um exemplo freudiano do que estamos pretendendo demarcar aqui com uma distinção entre o postulado do realismo defendido por Pascal Engel e o postulado do pensamento defendido pela psicanálise é justamente a passagem que abre o campo psicanalítico: o abandono da teoria da sedução traumática pela do fantasma como constitutiva das estruturas psíquicas. Poderiam nos contrapor o argumento de que Freud busca uma realidade psíquica. A teoria da sedução traumática colocava um acontecimento na base de toda a investigação dos sintomas e pressupunha que, uma vez que o sujeito pudesse se lembrar e pôr em palavras o afeto recalçado durante este evento, o sujeito se livraria dos sintomas. O fracasso de remoção dos sintomas e as resistências do sujeito em seu trabalho de associação livre levaram Freud a postular um outro tipo de lógica do pensamento: a lógica do inconsciente, irreduzível aos princípios de não contradição e identidade.

É preciso ressaltar que a psicanálise tem seus efeitos, apesar de não tratar de fatos. Tem seus efeitos justamente por considerar que um problema de sujeito sempre será falseado se for tratado como um fato. Essa é a tese principal de Freud quanto ao fantasma: ele é o cenário em que se efetiva o desejo, ou seja, Freud abandona o viés de uma realidade, que imporia seus efeitos, por aquele de uma realização fantasmática. E essa realização é assim chamada por não comportar realismo algum. Por ser inerente ao desejo a insatisfação, ele não pode ser articulado como uma realidade, pois, como pensar em uma realidade insatisfeita? E a questão da sexualidade segue a mesma linha de pensamento: o trauma era da ordem de um acontecimento sexual ocorrido na infância e que se tornaria trau-

mático quando o sujeito, ao chegar a sua adolescência, pudesse dar uma conotação sexual a esse evento. Na teoria do fantasma, a sexualidade é considerada como libido, ou seja, como investimento em representações. E não podemos esquecer que um investimento é uma valorização e um valor não pode ser uma realidade que se impõe.

Entretanto, ainda hoje a psicanálise recebe críticas de que permaneceu presa ao passado filosófico. Pois é uma via comum às ciências humanas – em especial, ao psicologismo – afirmar que qualquer consideração sobre o problema do pensamento que não se dedique a ser científica é, necessariamente, filosófica. Robert Blanché (1935) salienta essa tese quando demonstra que: se a psicologia tem méritos em relação à filosofia, por outro lado, seus impasses se dão justamente por adotar o mesmo princípio de colocação de problemas que denominamos função realista. Adota uma função realista, não porque pretenda estabelecer um indubitável em um incondicionado – *a priori*, independente de qualquer experiência –, mas por querer traçar a gênese empírica do incondicionado e estabelecer as leis científicas do mesmo. Ou seja, a psicologia pretende estabelecer a existência de uma realidade independente dos conceitos estabelecidos para pensá-la. Como aponta Blanché: “a alternativa pela qual se deveria escolher entre o fenomenismo e o substancialismo só se impõe caso se admita previamente o postulado realista, o que nós recusamos” (1935, p. 172).

Encontramos nessa passagem a posição que guiou a nossa demonstração até aqui: a psicanálise não pretende ser mais uma teoria filosófica do sujeito. O que não significa que ela se alie ao projeto de naturalização do sujeito. A psicanálise não é um debate entre as alternativas dentro de um mesmo princípio de colocação de problemas. A sua crítica incide sobre esse princípio de colocação de problema. É por essa razão que a psicanálise afirma clinicar um sujeito: estabelecer um discurso que rejeita a colocação de problemas em termos de incondicionado, seja ele *a priori*, seja ele pretensamente objetivo. Dessa maneira, podemos responder de maneira satisfatória a Borch-Jacobsen (1990), um ardoroso defensor

das ciências humanas. Ele irá afirmar que a definição dada por Lacan do inconsciente (inconsciente estruturado como uma linguagem) permanece presa ao cartesianismo. O argumento de Borch-Jacobsen é que a definição psicanalítica do inconsciente estruturado como uma linguagem duplicaria as representações – as que seriam próprias ao pensamento efetivo – à realidade do inconsciente – e a que seria transcendente a essas representações –, impondo, assim, um sistema cartesiano de pensamento. Ele defende que se devam situar as representações no registro de sua efetividade para que se possa positivá-las.

Ora, essa tese é a mesma que todas as ciências humanas levantam, toda vez que pretendem se valer de uma suposta cientificidade para afirmar um suposto abandono da filosofia. A psicanálise não pretende ser um abandono da filosofia para pôr outra proposta em seu lugar. Ela pretende estabelecer um novo discurso que “re-situa” o próprio lugar. E isso só pode ser feito se a psicanálise adota um outro princípio de colocação do problema: a função histórica. Esta não vai implicar assumir o inconsciente como um fundamento – tal como entendeu Borch-Jacobsen. A psicanálise, seguindo a função histórica, indica, ao contrário, que o sujeito, colocando o problema do fundamento, só pode advir em função de uma articulação simbólica. Entretanto, quando um sujeito advém como resultado dessa articulação, podemos concluir que esse sujeito coloca em questão a possibilidade de que o inconsciente seja um fundamento.

Com efeito, o projeto de afirmar uma fundamentação da região ética no sujeito é incompatível com a afirmação de que há uma determinação dessa região. O ato psicanalítico demonstra, de uma só vez, a inanidade de buscar uma fundamentação indubitável, seja em um *a priori*, seja em um “determinismo psíquico”. Ou seja, a inanidade de se valer de uma função realista para tratar dos problemas referidos à região ética. Esse é o sentido maior da subversão do sujeito pela psicanálise. Pretendemos, então, ter mostrado alguns caminhos que permitam tornar inteligível que, para a psicanálise, subverter o sujeito não é apenas não tratar da questão

do sujeito em termos de *a priori*, mas também uma recusa da redução naturalizante e psicologista do sujeito.

## Referências

- Ambacher Michel 1974: *Les philosophies de la nature*. Paris, PUF.
- Bachelard, Gaston 1961: *L'activité rationaliste de la physique contemporaine*. Paris, PUF.
- \_\_\_\_\_ 1990: *Le materialisme rationnelle*. Paris, PUF.
- Badiou, Alain 1997: *Deleuze: o clamor do ser*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Blanché, Robert 1935: *La notion de fait psychique*. Paris, Felix Alcan.
- Borch-Jacobsen, Mikkel 1990: *Lacan maitre absolute*. Paris, Flammarion.
- Engel, Pascal 1996: *Philosophie et psychologie*. Paris, Gallimard.
- Frege, Gottlob 1983: "Sobre a justificação científica de uma conceitografia". *Os Pensadores*. São Paulo, Abril.
- Granier, Jean 1977: *Le discours du monde*. Paris, Seuil.
- Kojève, Alexandre 1990: *L'idée du déterminisme dans la physique classique et dans la physique moderne*. Paris, Librairie Générale Française.
- Koyré, Alexandre 1991: *Estudos de história do pensamento científico*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- Lacan, Jacques 1964: *O Seminário, Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.
- \_\_\_\_\_ 1965: "A ciência e a verdade". In: *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998
- Lecourt, Dominique 1969: *L'épistémologie historique de Gaston Bachelard*. Paris, J. Vrin.
- Milner, Jean-Claude 1996: *A obra clara: Lacan, a ciência, a filosofia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.